



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CARAGUATATUBA/SP

CARAGUAPREV

RELATÓRIO MENSAL DE INVESTIMENTOS

MAIO DE 2026



SUMÁRIO

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. CENÁRIO MACROECONÔMICO.....	5
3. BOLETIM FOCUS.....	8
4. CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	8
4.1 ESTUDO ALM.....	10
5. RENTABILIDADE DO PLANO PREVIDENCIÁRIO	14
6. RELAÇÃO ANALÍTICA DOS ATIVOS	15
7. PERSPECTIVAS.....	19
8. GERENCIAMENTO DE RISCOS - INDICADORES DE DESEMPENHO E RISCO.....	21
9. TABELA DE LIQUIDEZ.....	22
10. RENTABILIDADE POR ARTIGO	23
11. MOVIMENTAÇÕES DO MÊS	24
12. EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	27
13. RELAÇÃO DE GESTORES DOS RECURSOS	28
14. RELAÇÃO ANALÍTICA DOS ATIVOS DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO CARAGUAPREV.....	29
15. PRÓ GESTÃO – NÍVEL IV.....	31
16. CONCLUSÃO.....	32



RELATÓRIO MENSAL DE INVESTIMENTOS

MAIO DE 2026

Parâmetros:

- *Resolução 5.272/25 do CMN – Legislação Vigente;*
- *Política Anual de Investimentos - elaborada pelo CARAGUAPREV;*
- *Diversificação, Segurança, Liquidez e Transparência;*
- *Diluição dos riscos de perda e do retorno nos Investimentos;*
- *Aumento da rentabilidade da carteira de forma inteligente;*
- *Expectativas do Mercado.*

1. INTRODUÇÃO

O CaraguaPrev no mês de maio de 2026 vem implementando ações que demonstram transparência nos processos decisórios dos investimentos financeiros e divulgação das informações aos seus segurados.

O Instituto com sua estrutura administrativa composta pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva que executa as deliberações tomadas pelos Conselhos. Na área de investimentos atuam os membros do Comitê de Investimentos que analisam as aplicações financeiras e levam a matéria para deliberação conclusiva pelo Conselho Deliberativo. Nas reuniões mensais são deliberadas e avaliadas as questões: previdenciárias, fiscais, financeiras e administrativas, visando a implantação de boas práticas de gestão e governança, com o intuito de que o CaraguaPrev desenvolva uma boa gestão previdenciária e administrativa e efetue os investimentos conforme as normas vigentes e de maneira eficaz, levando em conta sua finalidade essencial, que é assegurar os direitos aos participantes beneficiários segurados do sistema, que é o pagamento dos benefícios previdenciários.

O Relatório Mensal de Investimentos do CaraguaPrev tem o intuito de informar à sociedade os dados quantitativos e qualitativos da carteira de investimentos do Plano Previdenciário, detalhando os ativos financeiros que o compõe, inclusive quanto aos indicadores de desempenho e gerenciamento de riscos.



Participantes da Gestão do CaraguaPrev no mês avaliado:

Todos os membros da Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos possuem certificação por meio de processo realizado por entidade certificadora para comprovação de atendimento e verificação de conformidade com os requisitos técnicos necessários para o exercício de determinado cargo ou função, conforme requisitos mínimos exigidos no artigo 8º-B da Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998 e Portaria MTP Nº 1.467, de 02 de junho de 2022 ou norma que a complemente, atualize ou substitua.

Conselho Deliberativo:

- Alex Catapani (Presidente do Conselho Deliberativo), (Certificação TOTUM);
- Gabriela Cristina da Silva Coelho, (Certificação TOTUM);
- Benedita Auxiliadora de Moraes (Certificação TOTUM);
- Valeria Regina Rodrigues de Lima (Certificação TOTUM);
- Rosemeire Maria de Jesus (Certificação TOTUM);
- Ivone Cardoso Vicente Alfredo (Certificação TOTUM);
- Marcia Denise Gusmão Coelho (Certificação TOTUM);
- Margarete Soares de Oliveira (Certificação TOTUM).

Conselho Fiscal:

- Cristiano Paulo Silva (Presidente do Conselho Fiscal, Certificação TOTUM);
- Adriana Zambotto Fernandes (Certificação profissional CPA-10, Certificação TOTUM);
- Marcia Regina Paiva Silva (Certificação TOTUM);
- Marcus da Costa Nunes Gomes (Certificação TOTUM).

Comitê de Investimentos:

- Anderson Franco Boytchuk do Nascimento (Presidente do Comitê de Investimentos, Certificação TOTUM);
- Pedro Ivo de Sousa Tau (Certificação profissional CPA-10 e Certificação TOTUM);
- Adriana Zambotto (Certificação profissional CPA-10 e Certificação TOTUM);
- Rosemeire Maria de Jesus (Certificação TOTUM);
- Ivone Cardoso Vicente Alfredo (Certificação TOTUM);

Diretoria Executiva:

- Pedro Ivo de Sousa tau (Presidente do CaraguaPrev, Certificação profissional CPA-10 e Certificação TOTUM);
- Anderson Franco Boytchuk do Nascimento (Diretor Financeiro, Certificação TOTUM);
- Rose Ellen de Oliveira Faria (Diretora de Benefícios, Certificação TOTUM); e
- Paulo Henrique Passos do Nascimento (Diretor Administrativo, Certificação TOTUM);

O Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR enviado ao Ministério da Previdência Social, disponível para consulta pública no site <http://cadprev.previdencia.gov.br>, contém todas as informações sobre as aplicações financeiras nas Instituições Financeiras, obedecendo a Resolução do Conselho Monetário Nacional e a Política Anual de Investimentos do CaraguaPrev.



2. CENÁRIO MACROECONÔMICO

BRASIL: No mês de maio de 2026 a carteira de investimentos do CaraguáPrev em renda fixa e investimentos estruturados apresentaram performances positivas no mês, já os investimentos em renda variável apresentaram performances negativas. A rentabilidade geral da carteira no mês foi de 1,03%, acima da meta atuarial do mês que foi de 1,02%. O IPCA (inflação) apresentou a variação positiva de 0,58% no mês, desacelerando em relação a abril (que havia registrado 0,67%). Apesar dessa perda de ritmo no índice geral, a forte pressão exercida pelo grupo de alimentação e bebidas (impulsionado por itens básicos e tubérculos) e os custos de habitação (devido à ativação da bandeira tarifária amarela na energia elétrica) mantêm o cenário inflacionário desafiador. A última ata da reunião do Copom registrou a redução da taxa Selic para 14,50% a.a., ao mesmo tempo em que reforçou uma postura cautelosa diante do elevado grau de incerteza do cenário externo e das pressões sobre a inflação.

Em linhas gerais, o cenário econômico do Brasil em maio de 2026 foi marcado por uma inflação resiliente no dia a dia das famílias, com pressão vinda principalmente de alimentos e energia, enquanto o grupo de transportes (combustíveis e passagens aéreas) trouxe um alívio parcial. No ambiente de projeções, o mercado elevou as expectativas de inflação para o fechamento do ano. O cenário fiscal, por sua vez, beneficia-se temporariamente das receitas extraordinárias geradas pela alta internacional do petróleo, mas mantém o alerta ligado quanto à sustentabilidade das metas fiscais no longo prazo, devido à dívida pública crescente e ao encarecimento dos juros de mercado.

GERAL: Em maio, o cenário macroeconômico global permaneceu tensionado por uma elevada incerteza geopolítica, impulsionada pelo acirramento dos conflitos no Oriente Médio iniciados no final de fevereiro. Diferente do mês anterior, o impacto comercial tornou-se mais evidente, afetando as cadeias globais com fortes altas nos custos de frete internacional, seguros e logística. Ao mesmo tempo, megatendências estruturais, como a expansão da inteligência artificial e a reorganização das cadeias de suprimento, continuaram moldando o valor de mercado dos ativos. O principal canal de transmissão para a economia real continuou sendo a inflação global, afetada não apenas pela oscilação da energia (petróleo), mas também pelo repasse dos custos de transporte para os bens industriais e de consumo. Nesse contexto, o mercado de renda fixa seguiu sob forte pressão (com a curva de juros futuros abrindo diante da expectativa de que os bancos centrais mantenham taxas altas por mais tempo), enquanto o mercado de renda variável passou a exibir maior volatilidade e menor



resiliência, refletindo a deterioração das expectativas inflacionárias globais e domésticas.

COMENTÁRIO DO MÊS:

“A persistência do choque de energia decorrente do conflito no Oriente Médio consolidou-se como elemento estrutural do cenário macro global, com efeitos de segunda ordem cada vez mais visíveis sobre núcleos de inflação, expectativas e função de reação dos bancos centrais. A combinação de inflação reacelerando, atividade resiliente e, em alguns casos, expectativas de inflação em deterioração reduziu materialmente o espaço para flexibilização monetária nas principais economias e colocou no radar cenários de elevação de juros para alguns Banco Centrais. De fato, a assimetria do balanço de riscos passou a pender claramente para o lado inflacionário, com discussão sobre eventual aperto reaparecendo na agenda do Fed e, em particular, no BCE. No Brasil, o Banco Central caminhava em direção oposta, mas com piora da projeção de inflação. Assim, a expectativa é que o “ciclo de calibragem” deve ter um último ajuste em junho, seguido de pausa prolongada.

Nos Estados Unidos, a combinação de atividade resiliente, mercado de trabalho mais firme do que o esperado e inflação elevada reduziu a urgência por cortes e reforçou a percepção de que a convergência da inflação exigirá juros restritivos por mais tempo. O PIB do 1T26 foi revisado para 1,6% t/t anualizado, com mudança qualitativa relevante na composição: investimentos ligados a IA substituíram o consumo das famílias como motor do crescimento, enquanto a queda da taxa de poupança e quedas consecutivas da renda real disponível sinalizam menor fôlego adiante para o consumo. A inflação segue como principal preocupação, com PCE cheio em 3,8% a/a e núcleo em 3,3% a/a – maior nível desde a pandemia excluindo-se 2021-2023. Assim, a comunicação do Fed mudou de tom: o balanço de riscos do mandato duplo migrou do emprego para a inflação, e a discussão sobre eventual necessidade de aperto voltou a surgir de forma explícita.

Na Área do Euro, o quadro de estagflação leve se consolidou, com atividade enfraquecendo enquanto a inflação reacelerou de forma disseminada. O PMI composto permaneceu em território contracionista pelo segundo mês consecutivo em maio, enquanto a inflação cheia acelerou. O destaque negativo foi a inflação de serviços, que avançou de 3,0% para 3,5% a/a, sinalizando que as pressões começam a se disseminar além da energia. Diante desse tradeoff mais complexo, o mercado espera uma alta de 25 pb na reunião de junho.

Na China, a recuperação cíclica perdeu tração na margem, mas o crescimento permanece sustentado por investimento industrial, exportações e setores ligados à IA. Os PMIs de maio seguem



em território expansionista em ambos os setores, com o de serviços acelerando para máxima de três meses. A composição do crescimento permanece concentrada em segmentos específicos, como IA, semicondutores e equipamentos para data centers, enquanto consumo doméstico e setor imobiliário continuam atuando como vetores de contenção. A inflação permanece contida em ambiente de competição intensa e excesso de capacidade, com PPI mostrando aceleração de custos sem repasse claro ao CPI. A combinação de crescimento positivo, inflação baixa e redução das tensões com os EUA após o encontro Trump-Xi reduz a urgência por estímulos adicionais no curto prazo.

No Brasil, o cenário para a inflação já era desconfortável antes do choque externo, refletindo a ausência de hiato negativo e desancoragem persistente das expectativas. O PIB do 1T26 cresceu 1,1% t/t, com recuperação disseminada da absorção doméstica e divergindo do diagnóstico de desaceleração mantido pelo Copom. O mercado de trabalho segue com a taxa de desemprego na mínima histórica em 5,4% s.a., com salários reais crescendo acima da produtividade. Na inflação, o IPCA-15 de maio acumulou 4,6% em 12 meses, ultrapassando o teto da meta, com aceleração disseminada dos núcleos, evidenciando contaminação da inflação subjacente pelo choque de oferta vindo do exterior.

Na política monetária, o reconhecimento explícito pelo Banco Central de que parte da “gordura” acumulada do ciclo de aperto já foi consumida pelo choque externo marca uma inflexão relevante na comunicação. Assim, a expectativa é de um corte adicional de 25 pb na reunião de junho, levando a Selic a 14,25%, acompanhado de linguagem sugerindo pausa do ciclo. Em cenário de eventual pausa em 14,25%, o ciclo provavelmente só seria retomado em 2027, condicionado a re-ancoragem efetiva das expectativas, particularmente para 2027 e 2028 em meio a sinais inequívocos de desaceleração da atividade. Além disso, a preocupação mais aguçada com o cenário para as contas públicas e ausência de medidas de consolidação fiscal podem dificultar esse processo.”

(Fonte Relatório Macroeconômico i9 Advisory/ LDB Consultoria).



3. BOLETIM FOCUS

Mediana - Agregado	2026							2027							2028						
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***
IPCA (variação %)	4,89	5,04	5,09	▲ (12)	154	5,09	56	4,00	4,01	4,02	▲ (2)	149	4,00	55	3,64	3,65	3,66	▲ (1)	124		
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	1,85	1,89	1,90	▲ (2)	116	1,90	35	1,75	1,70	1,70	= (1)	111	1,78	33	2,00	2,00	2,00	= (116)	87		
Câmbio (R\$/US\$)	5,25	5,17	5,16	▼ (2)	122	5,10	31	5,30	5,26	5,25	▼ (3)	120	5,14	29	5,39	5,30	5,30	= (1)	92		
Selic (% a.a)	13,00	13,25	13,25	= (2)	157	13,25	44	11,00	11,25	11,25	= (3)	150	11,25	42	10,00	10,00	10,00	= (19)	118		
IGP-M (variação %)	5,50	5,91	6,00	▲ (13)	67	5,99	19	4,00	4,00	4,00	= (15)	57	4,05	16	3,83	3,82	3,82	= (3)	54		
IPCA Administrados (variação %)	4,98	4,99	4,98	▼ (1)	101	4,86	27	3,80	3,81	3,81	= (1)	90	3,78	23	3,50	3,50	3,50	= (27)	68		
Conta corrente (US\$ bilhões)	-61,20	-59,30	-59,40	▼ (1)	39	-64,35	8	-62,00	-60,70	-60,70	= (1)	38	-63,95	8	-64,46	-62,45	-62,38	▲ (2)	28		
Balança comercial (US\$ bilhões)	75,00	76,20	76,20	= (1)	41	73,35	8	75,00	75,50	75,50	= (1)	40	77,35	8	71,10	73,30	73,30	= (1)	31		
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	75,00	75,00	75,00	= (15)	39	76,00	9	77,58	79,00	79,00	= (1)	39	80,00	9	80,00	80,00	80,00	= (16)	30		
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	69,90	69,83	69,80	▼ (2)	56	69,80	11	73,43	73,48	73,48	= (1)	55	73,10	11	76,30	76,39	76,39	= (1)	46		
Resultado primário (% do PIB)	-0,50	-0,50	-0,50	= (15)	62	-0,50	13	-0,40	-0,40	-0,40	= (10)	60	-0,40	12	-0,25	-0,25	-0,22	▲ (1)	49		
Resultado nominal (% do PIB)	-8,50	-8,50	-8,50	= (11)	51	-8,60	11	-8,00	-8,00	-8,00	= (14)	50	-8,00	11	-7,46	-7,50	-7,50	= (3)	41		

Relatório Focus de 29.05.2026. Fonte: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>

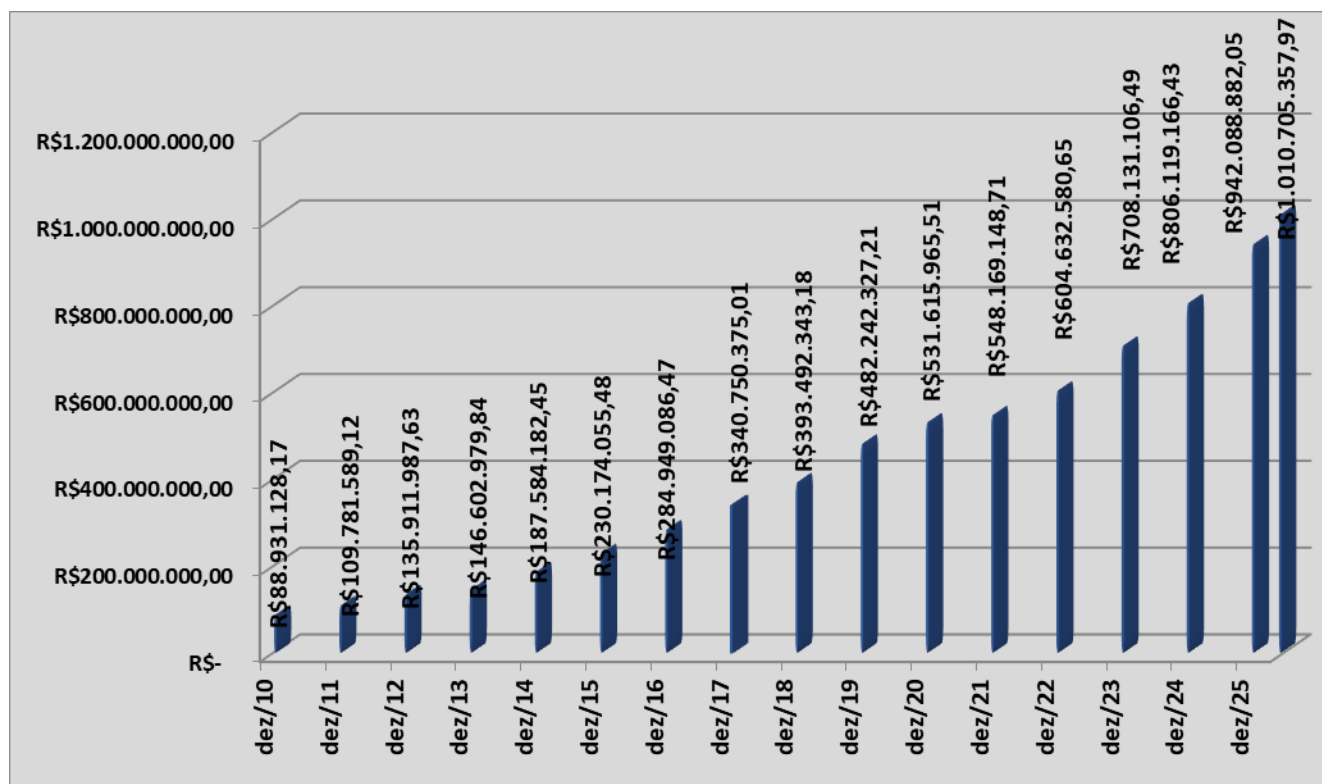
4. CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

A carteira de investimentos do CaraguáPrev encerrou o mês com o patrimônio total de **R\$ 1.010.705.357,97** (um bilhão e dez milhões, setecentos e cinco mil, trezentos e cinquenta e sete reais e noventa e sete centavos).

É composta por ativos que estão vinculados ao seu respectivo Plano Previdenciário, também compõe a carteira de investimentos os recursos oriundos da taxa de administração, que são utilizados na manutenção dos serviços e pagamento de pessoal da autarquia. O Plano Previdenciário possui meta atuarial estabelecida, sendo este um fundo previdenciário em regime de capitalização dos recursos, este relatório dará enfoque aos ativos a ele vinculados.



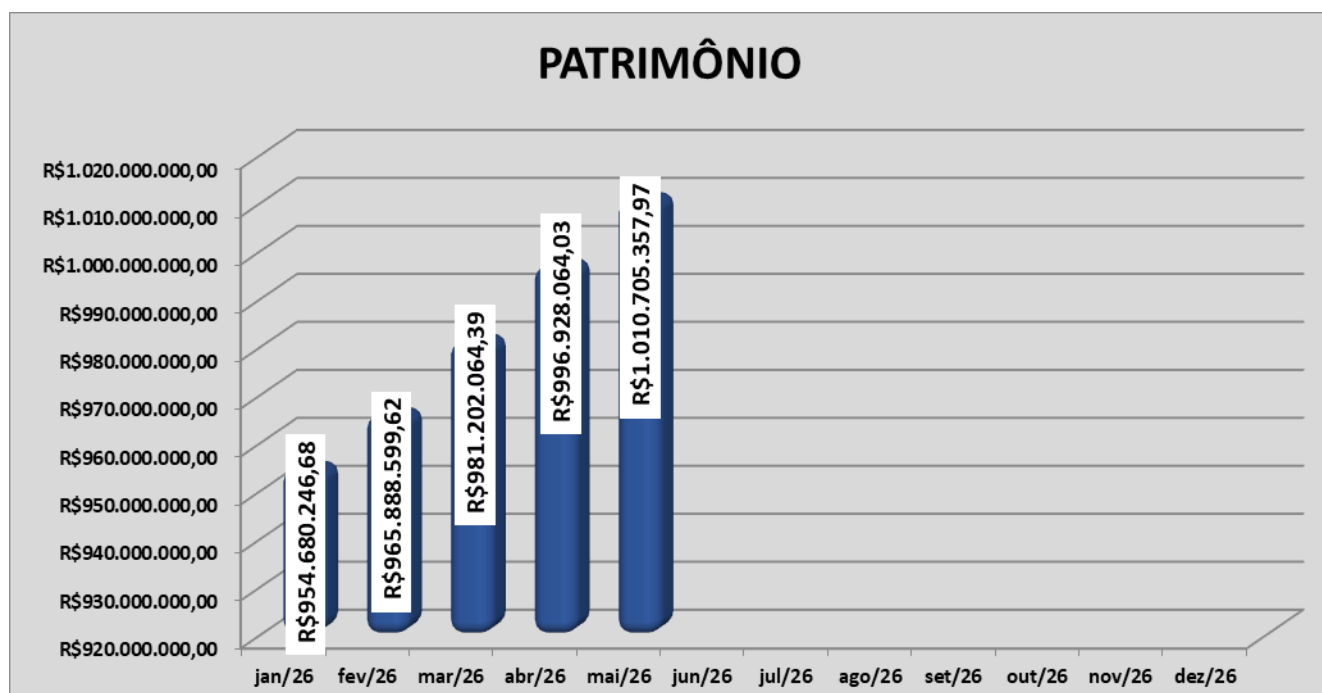
Evolução Patrimonial da Carteira de Investimentos (R\$ mil)



ANO	PATRIMÔNIO
dez/01	R\$ 2.332.587,11
dez/02	R\$ 6.251.543,12
dez/03	R\$ 11.583.959,19
dez/04	R\$ 15.612.385,27
dez/05	R\$ 23.150.759,30
dez/06	R\$ 33.449.995,07
dez/07	R\$ 43.229.470,44
dez/08	R\$ 54.472.562,31
dez/09	R\$ 68.086.783,86
dez/10	R\$ 88.931.128,17
dez/11	R\$ 109.781.589,12
dez/12	R\$ 135.911.987,63
dez/13	R\$ 146.602.979,84
dez/14	R\$ 187.584.182,45
dez/15	R\$ 230.174.055,48
dez/16	R\$ 284.949.086,47
dez/17	R\$ 340.750.375,01
dez/18	R\$ 393.492.343,18
dez/19	R\$ 482.242.327,21
dez/20	R\$ 531.615.965,51
dez/21	R\$ 548.169.148,71
dez/22	R\$ 604.546.473,82
dez/23	R\$ 708.131.106,49



dez/24	R\$ 806.119.166,43
dez/25	R\$ 942.088.882,05
Maio/26	R\$ 1.010.705.357,97

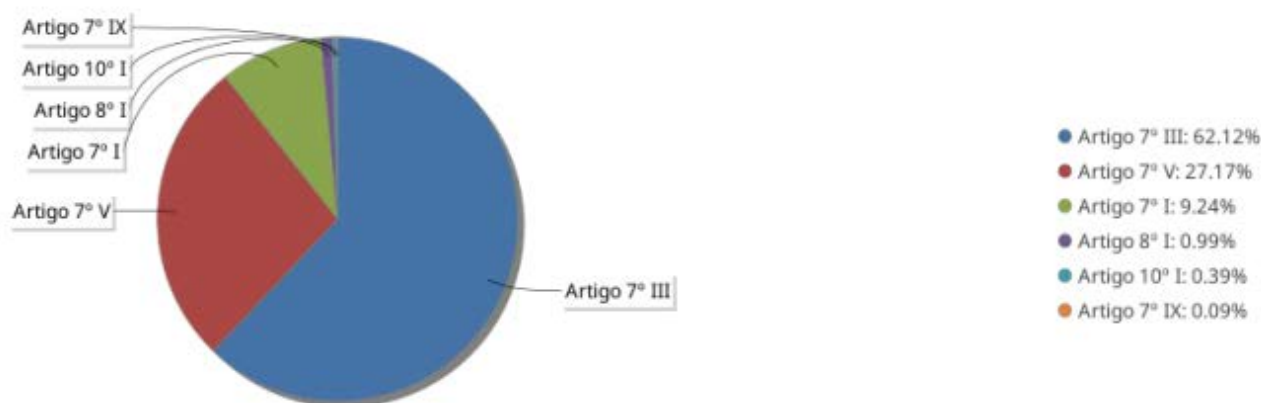


Mês 2026	PATRIMÔNIO
jan/26	R\$ 954.680.246,68
fev/26	R\$ 965.888.599,62
Março/26	R\$ 981.202.064,39
Abril/26	R\$ 996.928.064,03
Maio/26	R\$ 1.010.705.357,97

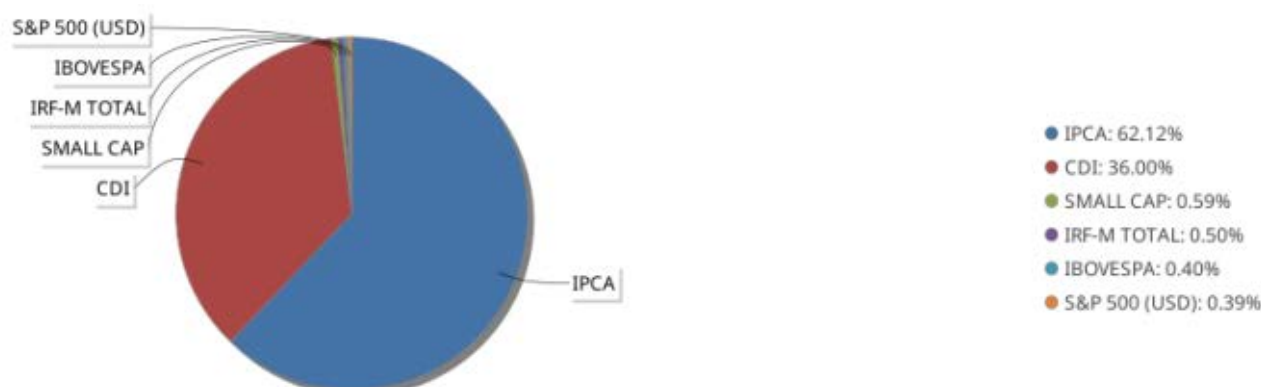
4.1 ESTUDO ALM

O estudo de Asset Liability Management (ALM) foi realizado na data de 29/08/2025, onde foram estudados os patamares de riscos x retorno (fronteira eficiente Markowitz).

4.2 Alocação por Artigo – Resolução CMN.



4.3 Alocação por Estratégia



4.4 Conceitos de Classes de Ativos, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 5.272/2025.

PRO GESTÃO NÍVEL IV

“Art. 7º No segmento de renda fixa, as aplicações dos recursos dos RPPSs subordinam-se aos seguintes limites:

I - até 100% (cem por cento) em cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Renda Fixa", constituídas em regime aberto, ou cotas de classes de ETF, negociáveis em bolsa de valores, cujos regulamentos determinem que seus recursos sejam aplicados exclusivamente em títulos de emissão do Tesouro Nacional, ou operações compromissadas lastreadas nesses títulos;

II - até 100% (cem por cento) em títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, adquiridos em oferta primária ou em plataformas de negociação eletrônica, na forma do § 2º, incisos I e II;

III - até 100% (cem por cento) em títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no



Selic, adquiridos, na forma do § 2º, inciso III, por intermediação de instituição financeira que atenda aos requisitos previstos no art. 21, § 2º, inciso I;

IV - até 5% (cinco por cento) diretamente em operações compromissadas, lastreadas exclusivamente pelos títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Selic;

V - até 80% (oitenta por cento) em cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Renda Fixa", constituídas em regime aberto, e cotas de classes de ETF de renda fixa, negociáveis em bolsa de valores, ambos sem o sufixo "Crédito Privado";

VI - até 20% (vinte por cento) diretamente em ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

VII - até 20% (vinte por cento) em cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Renda Fixa" e denominadas com o sufixo "Crédito Privado", constituídas em regime aberto;

VIII - até 20% (vinte por cento) em cotas de classes de fundos de investimento de que trata o art. 3º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, ou cujo patrimônio líquido seja representado por debêntures de infraestrutura previstas na Lei nº 14.801, de 9 de janeiro de 2024; e

IX - até 20% (vinte por cento) em cotas de subclasses sênior de fundos de investimento em direitos creditórios – FIDC.

§ 1º A aplicação de recursos nos ativos de que trata este artigo observará os níveis de aderência do RPPS ao programa de certificação institucional previsto no art. 6º, § 3º, considerados os seguintes critérios de aplicação:

I - ativos de que tratam os incisos I e II do caput são acessíveis a todos os RPPSs, inclusive aqueles que não comprovarem nível de aderência;

II - ativos de que tratam os incisos III e IV do caput são exclusivos para RPPS com nível I ou superior de aderência;

III - ativos de que tratam os incisos V e VI do caput são exclusivos para RPPS com nível II ou superior de aderência;

IV - ativos de que tratam os incisos VII e VIII do caput são exclusivos para RPPS com nível III ou superior de aderência; e

V - ativos de que trata o inciso IX do caput são exclusivos para RPPS com nível IV de aderência.

Art. 8º No segmento de renda variável, as aplicações dos recursos dos RPPSs subordinam-se ao limite global de até 50%(cinquenta por cento) e adicionalmente aos seguintes limites:

I - até 40% (quarenta por cento) em cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Ações", constituídas em regime aberto;

II - até 40% (quarenta por cento) em cotas de classes de ETF de ações, negociáveis em bolsa de valores;

III - até 10% (dez por cento) em cotas de classes de fundos de investimento cujo patrimônio líquido seja composto por 67%(sessenta e sete por cento) ou mais de Brazilian Depositary Receipts – BDR -Ações ou de BDR-ETF de ações, constituídas em regime aberto; e

IV - até 10% (dez por cento) em cotas de classes de ETF internacional, admitido à negociação em bolsa de valores no Brasil, observado o disposto na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

Art. 9º No segmento de investimentos no exterior, as aplicações dos recursos dos RPPSs subordinam-se ao limite global de até 10% (dez por cento):



I - em cotas de classes de fundos de investimento e cotas de classe de investimento em cotas de fundos de investimento tipificadas como "Renda Fixa - Dívida Externa";

II - em cotas de classes de fundos de investimento constituídos no Brasil em regime aberto, destinados a investidores qualificados, cujos regulamentos permitam investir mais de 40% (quarenta por cento) do patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior; e

III - em cotas de classes de fundos de investimento constituídos no Brasil em regime aberto, destinados a investidores em geral, cujos regulamentos permitam investir mais de 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior.

Art. 10. No segmento de investimentos estruturados, as aplicações dos recursos do RPPS subordinam-se ao limite global de até 20% (vinte por cento) e adicionalmente aos seguintes limites:

I - até 15% (quinze por cento) em cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Multimercado", constituída sem regime aberto;

II - até 5% (cinco por cento) em cotas de classes de Fiagro, observado o disposto no art. 11, § 2º, inciso II;

III - até 10% (dez por cento) em cotas de classes de FIP, constituídas em regime fechado, vedada a subscrição em distribuições de cotas subsequentes, salvo se para manter a proporção já investida nessas classes; e

IV - até 10% (dez por cento) em cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Ações - Mercado de Acesso", constituídas em regime aberto.

Art. 11. No segmento de fundos imobiliários, as aplicações dos recursos do RPPS sujeitam-se ao limite de até 20% (vinte por cento) em cotas de classes de fundos de investimento imobiliários – FII negociadas nos pregões de bolsa de valores.

§ 1º A aplicação de recursos no ativo de que trata este artigo é exclusiva para os RPPSs que comprovarem nível III ou superior de aderência ao programa de certificação institucional, previsto no art. 6º, § 3º.

§ 2º As aplicações do RPPS em cotas de classes de fundos imobiliários, diretamente ou indiretamente, subordinam-se a:

I - que os ativos financeiros de emissores privados que integrem as carteiras das classes dos fundos de investimento de que trata o caput deverão observar o disposto no art. 7º, § 5º, e no art. 8º, § 2º; e

II - que a aquisição em oferta primária seja condicionada à previsão em seu regulamento de que suas cotas serão disponibilizadas para negociação em bolsa de valores após a oferta pública inicial.

Art. 12. No segmento de empréstimos a segurados, na modalidade consignados, as aplicações dos recursos do RPPS subordinam-se, alternativamente, aos seguintes limites, apurados na forma do art. 6º, caput:

I - até 5% (cinco por cento), para os RPPSs sem aderência ao programa de certificação institucional previsto no art. 6º, § 3º; e

II - até 10% (dez por cento), para os RPPSs que comprovarem nível I ou superior de aderência ao programa de certificação institucional previsto no art. 6º, § 3º."



5. RENTABILIDADE DO PLANO PREVIDENCIÁRIO

Rentabilidades da Carteira versus Meta Atuarial

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Rent. Ano
2026	1,12	0,91	1,26	1,27	1,03								5,71
IPCA + 5,68%	0,79	1,10	1,37	1,11	1,02								5,51
p.p. indexador	0,33	-0,19	-0,11	0,16	0,01								0,20
2025	1,15	0,92	1,26	1,22	1,10	0,85	0,94	0,89	0,99	1,03	0,87	0,96	12,90
IPCA + 5,25%	0,61	1,72	0,95	0,84	0,69	0,65	0,73	0,32	0,93	0,56	0,57	0,78	9,74
p.p. indexador	0,54	-0,80	0,31	0,39	0,42	0,20	0,21	0,57	0,06	0,48	0,31	0,18	3,16
2024	0,63	1,12	0,91	0,24	0,89	1,26	1,00	0,72	0,57	0,83	0,67	0,61	9,85
IPCA + 5,02%	0,85	1,20	0,55	0,81	0,87	0,60	0,83	0,41	0,85	1,01	0,76	0,93	10,12
p.p. indexador	-0,22	-0,08	0,36	-0,57	0,02	0,65	0,17	0,31	-0,28	-0,18	-0,09	-0,32	-0,26
2023	1,75	-0,11	0,96	0,97	1,66	1,53	0,99	0,35	0,50	0,40	1,81	1,45	12,95
IPCA + 5,03%	0,96	1,19	1,16	0,96	0,66	0,33	0,53	0,68	0,65	0,65	0,67	0,95	9,82
p.p. indexador	0,79	-1,30	-0,20	0,00	1,00	1,20	0,46	-0,33	-0,15	-0,25	1,14	0,50	3,13
2022	-0,53	-0,27	2,35	-1,70	1,01	-1,73	2,27	0,51	-0,83	2,08	0,78	-0,10	3,79
IPCA + 4,99%	0,95	1,38	2,05	1,43	0,90	1,08	-0,28	0,08	0,12	0,98	0,80	1,05	11,04
p.p. indexador	-1,48	-1,65	0,30	-3,13	0,11	-2,81	2,54	0,42	-0,95	1,10	-0,02	-1,15	-7,25
2021	-0,94	-1,45	0,38	1,02	1,49	0,37	-0,80	-0,98	-1,64	-1,55	1,37	1,32	-1,47
IPCA + 5,46%	0,67	1,24	1,42	0,73	1,28	0,98	1,43	1,34	1,61	1,68	1,38	1,22	16,05
p.p. indexador	-1,61	-2,69	-1,04	0,29	0,21	-0,60	-2,23	-2,32	-3,25	-3,23	0,00	0,10	-17,51
2020	0,26	-1,20	-8,82	2,26	2,04	2,60	3,94	-1,32	-1,68	-0,06	3,29	4,43	5,12
IPCA + 5,89%	0,71	0,66	0,57	0,14	0,07	0,74	0,89	0,72	1,12	1,34	1,35	1,86	10,65
p.p. indexador	-0,45	-1,86	-9,40	2,11	1,97	1,86	3,06	-2,04	-2,80	-1,40	1,94	2,58	-5,52
2019	1,51	0,37	0,41	0,94	1,99	2,58	1,16	0,11	1,85	2,11	-0,78	2,17	15,34
IPCA + 6,00%	0,83	0,90	1,19	1,06	0,64	0,45	0,72	0,62	0,45	0,63	0,98	1,64	10,59
p.p. indexador	0,68	-0,53	-0,78	-0,12	1,35	2,13	0,44	-0,51	1,40	1,47	-1,75	0,52	4,75

Performance Sobre a Meta Atuarial

	Quantidade	Perc. (%)
Meses acima - Meta Atuarial	47	52,81
Meses abaixo - Meta Atuarial	42	47,19
	Rentabilidade	Mês
Maior rentabilidade da Carteira	4,43	2020-12
Menor rentabilidade da Carteira	-8,82	2020-03

Relatório

Período	Carteira	Meta Atuarial	p.p. Indx.	Volatilidade Anual
03 meses	3,60	3,54	0,06	0,46
06 meses	6,73	6,33	0,39	0,43
12 meses	12,81	10,38	2,43	0,37
24 meses	26,25	22,17	4,08	0,71
36 meses	40,59	33,30	7,29	0,97
48 meses	52,46	45,45	7,01	2,06
60 meses	50,73	71,08	-20,35	3,25

Em maio de 2026, a carteira de investimentos do plano previdenciário registrou rentabilidade de 1,03%, superando a meta atuarial do período, estabelecida em 1,02%. No acumulado do ano, a rentabilidade alcançou 5,71%, também acima da meta atuarial de 5,51%, resultando em um ganho de 0,20 ponto percentual em relação ao índice de referência.

No horizonte de longo prazo, o desempenho do plano permaneceu consistente. A rentabilidade acumulada nos últimos 12 meses foi de 12,81%, enquanto os retornos acumulados em 24 meses e 36 meses atingiram 26,25% e 40,59%, respectivamente, todos superiores às respectivas metas atuariais dos períodos.

A meta atuarial do plano previdenciário para o exercício de 2026, definida com base na avaliação atuarial anual, corresponde a IPCA + 5,68% ao ano.



6. RELAÇÃO ANALÍTICA DOS ATIVOS

6.1 FUNDOS DE RENDA FIXA E TÍTULOS PÚBLICOS.

RENDA FIXA	98,62%
-------------------	---------------

Artigo 7º I (Fundos e ETFs Renda Fixa 100% Títulos Públicos)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BB	BB	BB RENDA FIXA REFERENCIADO DI TÍTULOS PÚBLICOS FIF LONGO PRAZO RESP LIMITADA	0,02	0,05	1,08	5,66	49.726.368,32	4,92	43.324.543.280,21	0,11
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL IRF-M TÍTULOS PÚBLICOS FIF RENDA FIXA LONGO PRAZO RESP LIMITADA	3,39	0,04	0,63	1,75	5.087.421,42	0,50	1.745.622.841,84	0,29
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA TOPÁZIO CORPORATIVO FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO RESP LIMITADA	0,02	0,05	1,08	3,79	18.603.076,56	1,84	12.463.903.309,98	0,15
ITAU	ITAU	ITAÚ INSTITUCIONAL JANEIRO RENDA FIXA LP FIF CIC RESP LIMITADA	1,35	0,06	0,89	4,58	5.328.477,79	0,53	1.932.215.059,92	0,28
SANTANDER	SANTANDER	SANTANDER TÍTULOS PÚBLICOS PREMIUM RF REF DI CIC FIF RESP LIMITADA	0,03	0,05	1,07	5,66	14.596.737,10	1,44	9.704.682.384,54	0,15
Sub-total Artigo 7º I			0,22	0,05	1,03	5,43	93.342.081,19	9,24		

Artigo 7º III (Títulos do Tesouro Nacional)

Emissor	Titulo Público	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira
			Dia	Mês	Ano		
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150826 (Curva) ⁽¹⁾	0,35	0,05	1,17	6,08	94.467.717,87	9,35
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150527 (Curva) ⁽¹⁾	0,35	0,05	1,18	6,11	75.725.183,02	7,49
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150828 (Curva) ⁽¹⁾	0,35	0,05	1,14	5,93	87.683.535,60	8,68
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150830 (Curva) ⁽¹⁾	0,35	0,05	1,11	5,74	22.756.021,40	2,25
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150832 (Curva) ⁽¹⁾	0,35	0,06	1,06	5,48	44.655.027,23	4,42
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150533 (Curva) ⁽¹⁾	0,35	0,05	1,18	6,14	20.681.995,44	2,05
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150535 (Curva) ⁽¹⁾	0,35	0,05	1,03	5,33	41.372.128,07	4,09
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150840 (Curva) ⁽¹⁾	0,35	0,05	1,07	5,57	40.450.991,66	4,00
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150545 (Curva) ⁽¹⁾	0,35	0,05	1,03	5,34	60.828.539,29	6,02
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150850 (Curva) ⁽¹⁾	0,36	0,04	1,05	5,45	115.370.643,58	11,41
TESOURO NACIONAL	NTN-B 150555 (Curva) ⁽¹⁾	0,36	0,03	1,04	5,38	23.853.941,36	2,36
Sub-total Artigo 7º III		0,35	0,05	1,10	5,71	627.845.724,52	62,12



Artigo 7º V (Fundos ou ETFs de Renda Fixa)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BB	BB	BB INSTITUCIONAL FIF RENDA FIXA RESP LIMITADA	0,10	0,06	1,16	5,66	28.805.377,89	2,85	3.322.349.346,31	0,87
BB	BB	BB PREVIDENCIÁRIO RF REFERENCIADO DI LP PERFIL FIC FIF RESP LIMITADA	0,04	0,05	1,10	5,70	82.052.597,62	8,12	20.495.589.652,69	0,40
BRABESCO	BRABESCO	BRABESCO FIF RENDA FIXA REFERENCIADA DI PREMIUM RESP LIMITADA	0,03	0,06	1,13	5,68	3.391.013,13	0,34	29.245.866.684,62	0,01
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL FIC CLASSE DE FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO RESP LIMITADA	0,04	0,06	1,11	5,68	50.232.321,38	4,97	23.815.493.942,50	0,21
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA - RESP LIMITADA	0,09	0,06	1,11	5,67	33.380.596,62	3,30	9.211.055.937,70	0,36
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA TOP PRIVATE FIC CLASSE DE FIF RENDA FIXA REF DI LONGO PRAZO RESP LIMITADA	0,05	0,06	1,11	3,91	7.678.751,14	0,76	13.310.330.148,88	0,06
ITAU	ITAU	ITAU INSTITUCIONAL RENDA FIXA REFERENCIADO DI FIF RESP LIMITADA	0,04	0,05	1,10	5,63	55.285.426,63	5,47	8.791.051.690,53	0,63
SANTANDER	SANTANDER	SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM RF REFERENCIADO DI CIC FIF RESP LIMITADA	0,03	0,06	1,10	5,68	13.817.574,88	1,37	4.793.633.101,10	0,29
Sub-total Artigo 7º V			0,04	0,06	1,11	5,68	274.643.659,29	27,17		

Artigo 7º IX (FIDC Cota Sênior)

Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
VILA RICA	BRL DTVM	FIDC ITALIA SENIOR *	9,84	0,21	0,21	1,25	956.251,56	0,09	36.007.020,25	2,66
Sub-total Artigo 7º IX			9,84	0,21	0,21	1,25	956.251,56	0,09		

Renda Fixa			0,23	0,05	1,10	5,67	996.787.716,56	98,62		
-------------------	--	--	-------------	-------------	-------------	-------------	-----------------------	--------------	--	--

Os investimentos em Renda Fixa que compõem a carteira do CaraguaPrev são compostos por Títulos Públicos Federais – art. 7º, III, Fundos e ETFs Renda Fixa 100% Títulos Públicos - ART. 7º, I, Fundos ou ETFs de Renda Fixa – ART. 7º, V e Cota Sênior de FIDC, ART. 7º, IX, representam 98,62% da Carteira de Investimentos. (Resolução CMN n.º 5.272/25).

No mês avaliado a rentabilidade dos fundos de Investimento em Renda Fixa foi de 1,10%, acima da meta atuarial do mês que foi de 1,02%

Conforme artigo 88 da Portaria MTP n.º 1.467, de 02 de junho de 2022, o Comitê de Investimentos e o Conselho Deliberativo aprovam, referente aos investimentos dos recursos em alocação, manutenção e desinvestimentos das aplicações:



- Títulos do Tesouro Nacional, que representam 62,12% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no mês. A estratégia de compra direta de NTN-Bs, para carregamento até o vencimento, auxilia numa “ancoragem de rentabilidade” visando superar a meta atuarial e contribuir para uma redução da volatilidade global da carteira de investimentos do instituto, devido ao benefício da “marcação na curva” do preço desse ativo e risco soberano, conforme aprovação nas atas anteriores, permanece a decisão do Conselho de realocação dos recursos dos vencimentos dos títulos e dos seus cupons de juros semestrais em recompra de Títulos, desde que as taxas estejam acima da meta atuarial;
- Fundos e ETFs Renda Fixa 100% Títulos Públicos que representam 9,24% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no mês, com aprovação da Política de Investimentos para alocação no segmento;
- Fundos ou ETFs de Renda Fixa que representam 27,17% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no mês, com aprovação do Conselho para alocação de recursos oriundos de contribuições previdenciárias, aplicação dos resgates de fundos de investimento de renda variável, sendo um investimento atrativo, com pouca volatilidade e rentabilidade acima da meta atuarial;
- FIDC Cota Sênior que representa 0,09% da carteira do Instituto, apresentou rentabilidade abaixo da meta atuarial no mês, com manutenção da posição atual.

6.2 FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL – AÇÕES

RENDA VARIÁVEL										0,99%
Artigo 8º I (Fundos de Ações)										
Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
BRDESCO	BEM	BRDESCO FIF CLASSE DE INVESTIMENTO EM AÇÕES MID SMALL CAPS RESP LIMITADA	17,90	-0,55	-5,42	0,08	5.986.595,57	0,59	215.548.281,23	2,78
BRDESCO	BEM	BRDESCO SELECTION FIF CIC AÇÕES RESP LIMITADA	17,56	-0,75	-8,46	1,47	3.244.006,30	0,32	210.869.897,72	1,54
ITAU	ITAU	ITAU AÇÕES MOMENTO 30 II FIF CIC RESPONSABILIDADE LIMITADA	18,50	-0,62	-6,80	6,71	754.402,82	0,07	54.196.590,93	1,39
Sub-total Artigo 8º I			17,83	-0,62	-6,53	3,38	9.985.004,69	0,99		
Renda Variável			17,83	-0,62	-6,53	3,38	9.985.004,69	0,99		



Os Fundos de renda variável - AÇÕES que compõem a carteira do CaraguaPrev são compostos por FUNDOS DE AÇÕES - ART. 8º, I e representa 0,99% da Carteira de Investimentos. (Resolução CMN n.º 5.272/25).

No mês avaliado a rentabilidade dos fundos de Investimento em Renda Variável foi de -6,53%, abaixo da meta atuarial do mês, enquanto que no ano a performance desses fundos é de 3,38%, abaixo da meta anual.

Conforme artigo 88 da Portaria MTP n.º 1.467, de 02 de junho de 2022, o Comitê de Investimentos e o Conselho Deliberativo aprovam, referente aos investimentos dos recursos em alocação, manutenção e desinvestimentos das aplicações:

- e) Fundos de Ações que representam 0,99% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade abaixo da meta atuarial do ano, diante do cenário econômico a renda variável ainda apresentará volatilidade, com aprovação de manutenção.

6.3 FUNDOS ESTRUTURADOS

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS										0,39%
Artigo 10º I (Fundos Multimercados)										
Gestor	Admin.	Ativo	Volatilid. a.a. (%)	Rentabilidade (%)			Valor (R\$)	% Carteira	PL do Fundo	% Fundo
				Dia	Mês	Ano				
CAIXA DTVM	CEF	CAIXA INDEXA BOLSA AMERICANA FIF MULTIMERCADO LONGO PRAZO RESP LIMITADA	11,74	0,21	5,81	13,82	3.932.636,72	0,39	2.388.736.950,93	0,16
Sub-total Artigo 10º I			11,74	0,21	5,81	13,82	3.932.636,72	0,39		
Investimentos Estruturados			11,74	0,21	5,81	13,82	3.932.636,72	0,39		

O Investimento Estruturado, Fundo Multimercado - ART. 10, I, que compõem a carteira do CaraguaPrev representa 0,39% da Carteira de Investimentos. (Resolução CMN n.º 5.272/25).

No mês avaliado a rentabilidade dos Investimentos Estruturados é de 5,81%, ficando acima da meta atuarial do mês e do ano.

Conforme artigo 88 da Portaria MTP n.º 1.467, de 02 de junho de 2022, o Comitê de Investimentos e o Conselho Deliberativo aprovam, referente aos investimentos dos recursos em alocação, manutenção e desinvestimentos das aplicações:



- f) Fundos de Investimento Estruturados representam 0,39% da carteira do Instituto e apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no mês e no ano, com manutenção da posição atual e aumento gradativo caso o cenário exterior se mostre favorável.

7 PERSPECTIVAS

Renda Fixa: Em pós-fixados, títulos públicos e privados atrelados ao CDI ou à Selic continuam apresentando retornos reais atrativos, beneficiados pelo elevado patamar dos juros domésticos. Em maio de 2026, a taxa Selic foi reduzida para 14,50% ao ano, após corte de 0,25 ponto percentual promovido pelo Comitê de Política Monetária (Copom), dando continuidade ao ciclo gradual de flexibilização monetária iniciado em março. Ainda assim, o nível de juros permanece elevado, favorecendo o desempenho dos ativos pós-fixados e proporcionando remuneração acima da inflação.

Os investimentos em títulos prefixados seguem apresentando oportunidades para investidores com horizonte de médio e longo prazo. A continuidade do ciclo de redução da Selic tende a beneficiar esses ativos por meio da valorização dos títulos já emitidos com taxas mais elevadas. Entretanto, o cenário exige cautela, uma vez que as expectativas de inflação permanecem acima da meta do Banco Central, reduzindo a probabilidade de cortes mais intensos nos juros ao longo dos próximos meses. Nesse contexto, a manutenção dos títulos até o vencimento continua sendo fundamental para a captura da rentabilidade contratada.

Os títulos indexados ao IPCA (IPCA+) permanecem entre as alternativas mais eficientes para proteção do poder de compra no longo prazo. Além da proteção inflacionária, o atual ambiente de juros reais elevados oferece um carregamento atrativo para os investidores.

Dessa forma, o cenário para a renda fixa segue construtivo. Os ativos pós-fixados continuam oferecendo excelente relação risco-retorno, enquanto os títulos prefixados e indexados à inflação permanecem como alternativas interessantes para diversificação e captura de ganhos adicionais em um ambiente de gradual flexibilização monetária, ainda que cercado por incertezas relacionadas à trajetória da inflação, ao cenário fiscal doméstico e às condições econômicas globais.

Renda Variável: Após um primeiro quadrimestre marcado por forte valorização e sucessivas máximas históricas do Ibovespa, o mercado acionário brasileiro apresentou uma correção relevante em maio. O principal índice da bolsa encerrou o mês com queda de 7,22%, registrando o pior desempenho mensal desde fevereiro de 2023. O movimento ocorreu após um período de forte entrada de recursos



estrangeiros e valorização expressiva dos ativos domésticos, configurando uma realização de lucros e ajuste de posições por parte dos investidores.

O principal fator por trás da correção foi a reversão parcial do fluxo estrangeiro. Após ingressos expressivos ao longo dos primeiros meses do ano, maio registrou a primeira saída líquida relevante de capital internacional em 2026. Parte desses recursos foi direcionada novamente para mercados desenvolvidos, especialmente para o segmento de tecnologia nos Estados Unidos, impulsionado pelo avanço das teses relacionadas à inteligência artificial e pela continuidade do bom desempenho das grandes empresas do setor.

No cenário doméstico, a persistência de pressões inflacionárias e a percepção de que a taxa Selic deverá permanecer em patamar elevado por um período mais prolongado contribuíram para aumentar a cautela dos investidores. Esse ambiente impacta principalmente os setores mais sensíveis à atividade econômica e ao custo de capital, como varejo, construção civil e empresas de menor capitalização. Além disso, as incertezas relacionadas ao equilíbrio fiscal continuam sendo um fator relevante para a precificação dos ativos brasileiros.

Nesse contexto, mantemos uma visão cautelosamente construtiva para a renda variável brasileira. No curto prazo, a volatilidade pode permanecer elevada diante das incertezas relacionadas ao cenário macroeconômico doméstico e internacional.

Investimentos Estruturados e Exterior: O ambiente global em maio de 2026 permaneceu marcado por elevada incerteza, reforçando a importância da diversificação entre classes de ativos, geografias e estratégias de investimento. Embora os riscos geopolíticos continuem presentes em diversas regiões, o principal direcionador dos mercados ao longo do mês foi a combinação entre expectativas de política monetária nas principais economias, o desempenho resiliente da atividade econômica norte-americana e o contínuo avanço das empresas ligadas à temática de inteligência artificial.

Nos mercados internacionais, as bolsas dos Estados Unidos mantiveram trajetória positiva. O S&P 500 avançou aproximadamente 2,8% no mês, enquanto o Nasdaq Composite registrou alta próxima de 4,1%, impulsionado principalmente pelo forte desempenho das empresas de tecnologia e semicondutores. A continuidade dos investimentos em infraestrutura de inteligência artificial e os resultados corporativos acima das expectativas seguiram sustentando o interesse dos investidores por ativos de crescimento, mesmo em um ambiente de juros ainda elevados. Na Europa, os mercados apresentaram desempenho mais moderado, enquanto a China continuou enfrentando desafios



relacionados à recuperação econômica, embora medidas de estímulo adotadas pelas autoridades tenham contribuído para reduzir parte das preocupações dos investidores.

No segmento de investimentos estruturados, os fundos multimercados apresentaram desempenho positivo em maio, beneficiados principalmente pelas estratégias aplicadas em juros domésticos, posições em moedas e alocações internacionais. Após um período de elevada volatilidade observado nos meses anteriores, os gestores mantiveram postura mais equilibrada entre ativos locais e globais, buscando aproveitar oportunidades geradas pelas distorções de mercado sem assumir níveis excessivos de risco.

Para os próximos meses, a evolução da política monetária nas principais economias, a sustentabilidade do crescimento dos lucros corporativos (especialmente no setor de tecnologia) e os desdobramentos do cenário geopolítico continuarão sendo fatores determinantes para o comportamento dos mercados globais. Nesse contexto, os investimentos no exterior e as estratégias estruturadas seguem desempenhando papel importante na composição dos portfólios, contribuindo para a diversificação de riscos e para a busca de retornos ajustados ao risco em diferentes cenários econômicos.

8 GERENCIAMENTO DE RISCOS - INDICADORES DE DESEMPENHO E RISCO

Horizonte: 21 dias / Nível de Confiança: 95,0%							Value-At-Risk (R\$): 2.940.087,51	Value-At-Risk: 0,29%
	Volatilidade ⁽¹⁾	VaR ⁽²⁾	Limite ⁽⁵⁾	CVaR ⁽³⁾	Sharpe	Rent.	Valor(R\$)	% Carteira
Artigo 7º	0,30	0,29	5,00	0,26	-4,70	12,56	996.787.716,56	98,62
Artigo 8º	17,83	9,92	20,00	0,03	0,22	17,82	9.985.004,69	0,99
Artigo 10º	11,74	5,72	20,00	0,00	2,21	39,94	3.932.636,72	0,39
CARAGUATATUBA	0,37	0,29		0,29	-3,12	12,81	1.010.705.357,97	100,00

Conforme demonstrado acima representa a volatilidade da carteira para uma média móvel dos últimos 21 dias.



8.1 Índice de Sharpe

O Índice de Sharpe é um indicador que leva em consideração a relação entre duas variáveis de grande importância nos investimentos: Risco e Retorno. Esse índice mostra a eficiência do gestor de um fundo de investimento, por exemplo, ao apresentar o quanto de risco a mais ele precisa se expor para obter mais rendimento. Ao ser necessário assumir mais risco para alcançar um mesmo rendimento de um investimento menos arriscado, admite-se que a eficiência nesse caso está comprometida.

8.2 VaR

O VaR, ou Value at Risk, é um indicador de risco que estima a perda potencial máxima de um investimento para um período de tempo, com um determinado intervalo de confiança. Ou seja, através de um cálculo estatístico, o VaR mostra a exposição ao risco financeiro que um ou mais ativos possuem em determinado dia, semana ou mês.

8.3 Volatilidade

A volatilidade é uma medida estática que mede o risco de um ativo, de acordo com a intensidade e frequência de sua oscilação de preço em um determinado período. Por meio dela, é possível entender o histórico de um ativo, qual a probabilidade de ele subir ou cair, de acordo com o período preestabelecido, e qual será a estimativa de oscilação do seu preço no futuro. Se o preço de um ativo for muito volátil, por exemplo, é sinal de que sua cotação, em relação às flutuações do mercado, oscila muito, tornando sua compra arriscada, mas, por outro lado, proporciona maior possibilidade de lucro no curtíssimo prazo.

9 TABELA DE LIQUIDEZ

CARAGUATATUBA

29/05/2026

ANÁLISE DE LIQUIDEZ

Período	Valor (R\$)	(%)	Valor Acumulado (R\$)	(%) Acum.	(%) Limite Mínimo Acum.
de 0 a 30 dias	382.105.230,63	37,81	382.105.230,63	37,81	5,00
de 31 dias a 365 dias	170.947.303,71	16,91	553.052.534,34	54,72	10,00
acima de 365 dias	457.652.823,63	45,28	1.010.705.357,97	100,00	100,00



Liquidez, em contabilidade, corresponde à velocidade e facilidade com a qual um ativo pode ser convertido em caixa. A liquidez possui duas dimensões: facilidade de conversão versus perda de valor. Qualquer ativo pode ser convertido em caixa rapidamente, desde que se reduza suficientemente o preço.

A tabela de liquidez mostra a relação entre o percentual da carteira e o seu respectivo nível de liquidez. Neste caso, 37,81% da carteira de investimentos do CaraguaPrev possui liquidez de até 30 dias, que podem ser resgatados e monetizados dentro desse período de tempo

10 RENTABILIDADE POR ARTIGO

CARAGUATATUBA

29/05/2026

RENTABILIDADES POR ARTIGO

Resultado TC

Dados

Gráficos

Estratégia Indexador	No Mês	No Ano	3 meses	6 meses	12 meses	No Mês(R\$)	Atribuição Desemp. (%)	No Ano(R\$)
Artigo 7º I % do CDI	1,03	5,43	3,19	6,70	14,46	917.448,73	0,09	3.911.215,46
Artigo 7º III % do CDI	1,10	5,71	3,98	6,60	11,32	6.875.557,60	0,69	34.397.225,60
Artigo 7º V % do CDI	1,11	5,68	3,41	6,96	14,78	3.018.480,05	0,30	14.588.714,03
Artigo 7º IX % do CDI	0,21	1,25	4,02	-7,36	4,81	1.999,91	0,00	11.808,88
Artigo 8º I Var. IBOVESPA p.p.	-6,53 0,69	3,38 -4,48	-8,36 -0,42	3,63 -5,62	17,82 -9,01	-697.823,25	-0,07	874.469,48
Artigo 10º I % do CDI	5,81	13,82	12,59	16,01	39,94	215.860,66	0,02	477.369,35
Artigo 7º	1,10	5,67	3,76	6,69	12,59	10.813.486,29	1,08	52.908.963,97
Artigo 8º	-6,53	3,38	-8,36	3,63	17,82	-697.823,25	-0,07	874.469,48
Artigo 10º	5,81	13,82	12,59	16,01	39,94	215.860,66	0,02	477.369,35
CARAGUATATUBA (Total)						10.331.523,70	1,03	54.260.802,80



➤ “**Resultado positivo de R\$ 10.331.523,70**”.

A carteira de investimentos do CaraguaPrev apresentou, em maio de 2026, rentabilidade positiva de 1,03%, resultando em ganho financeiro de R\$ 10.331.523,70 (dez milhões, trezentos e trinta e um mil, quinhentos e vinte e três reais e setenta centavos).

No acumulado do exercício, a rentabilidade atingiu 5,71%, superando a meta atuarial em 0,20% pontos percentuais.

CARAGUATATUBA

29/05/2026

ALOCAÇÃO POR SEGMENTO

Segmento	Mai/26	Abr/26	Mar/26	Fev/26	Jan/26	Dez/25	Nov/25	Out/25	Set/25	Ago/25	Jul/25	Jun/25
Renda Fixa	98,62	98,56	98,55	97,64	97,67	97,82	97,58	97,68	97,91	97,95	98,06	97,12
Renda Variável	0,99	1,07	1,11	2,00	1,96	1,82	2,05	1,95	1,95	1,91	1,81	2,75
Investimentos Estruturados	0,39	0,37	0,34	0,36	0,37	0,37	0,36	0,37	0,14	0,14	0,14	0,13

RENTABILIDADE POR SEGMENTO

Segmento	Mai/26	Abr/26	Mar/26	Fev/26	Jan/26	Dez/25	Nov/25	Out/25	Set/25	Ago/25	Jul/25	Jun/25
Renda Fixa	1,10	1,26	1,35	0,86	0,97	0,97	0,76	1,02	0,95	0,77	1,07	0,83
Renda Variável	-6,53	-1,48	-0,49	3,23	9,28	0,25	6,47	1,48	3,01	7,11	-5,78	1,21
Investimentos Estruturados	5,81	11,28	-4,37	-0,23	1,32	1,93	0,32	3,11	4,31	2,59	3,07	5,72

11 MOVIMENTAÇÕES DO MÊS

APR – AUTORIZAÇÃO DE APLICAÇÃO DE RESGATE

N.º	Data	Origem	Destino	Valor	Motivo
444	05/05/2026	Repasse de Contribuição servidor e patronal de funcionário afastado sem remuneração proc. Adm. 123/2026 - 04/2026	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LIMITADA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 1.783,88	APLICAÇÃO



445	07/05/2026	Repasse das contribuições previdenciárias de servidores da Prefeitura de Caraguatatuba, cedidos para a Prefeitura de São Sebastião, referente ao mês 04/2026. - parte patronal 18%	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LIMITADA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 12.579,05	APLICAÇÃO
446	07/05/2026	Repasse das contribuições previdenciárias de servidores da Prefeitura de Caraguatatuba, cedidos para a Prefeitura de São Sebastião, referente ao mês 04/2026. - parte servidor 14%	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LIMITADA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 9.783,70	APLICAÇÃO
447	08/05/2026	Repasse da compensação previdenciária – COMPREV 03/2026, Banco do Brasil	BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PÚBLICOS FIF LP, CNPJ 11.046.645/0001-81	R\$ 248.252,72	APLICAÇÃO
448	08/05/2026	Repasse da compensação previdenciária – ENTRE RPPS FUNDO PREVIDENCIARIO - FUNPREV 03/2026, Banco do Brasil	BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PÚBLICOS FIF LP, CNPJ 11.046.645/0001-81	R\$ 651,02	APLICAÇÃO
449	08/05/2026	Repasse da compensação previdenciária – ENTRE RPPS DE SÃO SEBASTIÃO/SP (03/26), Banco do Brasil	BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PÚBLICOS FIF LP, CNPJ 11.046.645/0001-81	R\$ 5,42	APLICAÇÃO
450	08/05/2026	Resgate na CEF para pagamento das despesas administrativas.	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LTDA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 79.000,00	RESGATE
451	11/05/2026	Restituição Benefício Previdenciário de Pensionista do CaraguaPrev, Banco Itaú, Ag 0248 C/C 04042-0	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LIMITADA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 400,00	APLICAÇÃO
452	13/05/2026	Aporte para cobertura do déficit atuarial do CARAGUAPREV 05/2026, Banco do Brasil, Ag 1741-8 C/C 37299-4	BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PÚBLICOS FIF LP, CNPJ 11.046.645/0001-81	R\$ 4.842,40	APLICAÇÃO
453	14/05/2026	Aporte para cobertura do déficit atuarial da FUNDACC 05/2026, Banco do Brasil, Ag 1741-8 C/C 37299-4	BB RF REFERENCIADO DI TITULOS PÚBLICOS FIF LP, CNPJ 11.046.645/0001-81	R\$ 8.956,05	APLICAÇÃO
454	14/05/2026	Repasse das contribuições previdenciárias da FUNDACC referente ao mês 04/26, CEF	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LTDA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 74.799,82	APLICAÇÃO
455	15/05/2026	APLICAÇÃO RECEBIMENTO DE CUPONS DE JUROS DE NOTAS DO TESOURO NACIONAL - NTN	CAIXA TOPAZIO CORPORATIVO FIF RF REF DI LP - RESP. LTDA CNPJ: 11.061.230/0001-87	R\$ 6.530.001,31	APLICAÇÃO
456	18/05/2026	Resgate na CEF para pagamento das despesas administrativas.	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LTDA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 35.000,00	RESGATE



457	20/05/2026	Aporte para cobertura do déficit atuarial da Prefeitura 05/2026, Banco do Brasil, Ag 1741-8 C/C 37299-4	BB RF REFERENCIADO DI TÍTULOS PÚBLICOS FIF LP, CNPJ: 11.046.645/0001-81	R\$ 1.224.710,62	APLICAÇÃO
458	20/05/2026	Transferência do valor da Taxa de administração correspondente ao mês 05/2026, CEF, Ag 0797	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LTDA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 977.947,51	APLICAÇÃO
459	20/05/2026	Repasso das contribuições previdenciárias da Prefeitura Municipal referente ao mês 04/26, CEF	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LTDA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 6.996.222,94	APLICAÇÃO
460	20/05/2026	Aporte para cobertura do déficit atuarial da CAMARA 05/2026, Banco do Brasil, Ag 1741-8 C/C 37299-4	BB RF REFERENCIADO DI TÍTULOS PÚBLICOS FIF LP, CNPJ: 11.046.645/0001-81	R\$ 47.632,40	APLICAÇÃO
461	28/05/2026	Repasso das contribuições previdenciárias do CaraguaPrev, referente ao mês 05/2026	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LTDA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 46.975,23	APLICAÇÃO
462	28/05/2026	Resgate para pagamento folha dos ativos 05/26 na CEF, Agência 0797, despesas administrativas.	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LTDA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 518.000,00	RESGATE
463	28/05/2026	Resgate p/ FOLHA DE PAGAMENTO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO CARAGUAPREV REF. 05/2026 na CEF, AG 0797.	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LTDA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 5.712.379,26	RESGATE
464	29/05/2026	Repasso das contribuições previdenciárias de servidores da Prefeitura de Caraguatatuba, cedidos para a Câmara de São Sebastião, referente ao mês 05/2026.	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LIMITADA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 4.812,11	APLICAÇÃO
465	29/05/2026	Repasso das contribuições previdenciárias dos Aposentados e Pensionistas da Prefeitura e Câmara – ref. mês de 05/2026.	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LTDA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 2.629,49	APLICAÇÃO
466	29/05/2026	Repasso das contribuições previdenciárias da CAMARA, referente ao mês 05/2026, CEF	CAIXA TOP PRIVATE FIC DE CLASSE DE FIF RF REFERENCIADO DI LP - RESP LTDA, CNPJ: 19.769.018/0001-80	R\$ 123.465,14	APLICAÇÃO

Houve as Movimentações típicas no período avaliado, com despesas administrativas, despesas previdenciárias, repasse das contribuições sociais e aportes para cobertura do déficit.



12 EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A tabela abaixo descreve os limites de aplicação por artigo da Resolução CMN conforme aqueles autorizados pela política de investimentos do CaraguaPrev para o exercício corrente, que estabelece os princípios e as diretrizes a serem seguidas na gestão dos recursos correspondentes às reservas técnicas, fundos e provisões, sob a administração deste CaraguaPrev, visando atingir e preservar o equilíbrio financeiro e atuarial e a solvência do plano.

Ainda de acordo com os normativos, os investimentos do CaraguaPrev estão em aderência com a Política de Investimentos e de acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional.

A Política Anual de Investimentos traz, em seu contexto principal, os limites de alocação em ativos de Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos no Exterior, Investimentos Estruturados em consonância com a legislação vigente. Além destes limites, vedações específicas visam dotar os gestores de orientações quanto à alocação dos recursos financeiros em produtos e ativos adequados ao perfil e as necessidades atuariais do Instituto.

Essa alocação tem como intuito determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício da Política de Investimento que melhor reflita as necessidades do passivo e durante a sua vigência, os seus procedimentos serão alterados gradativamente, de forma a evitar perdas de rentabilidade ou exposição desnecessária a riscos. O horizonte de planejamento utilizado na sua elaboração compreende o período de 11 meses que se estende de fevereiro a dezembro de 2026.

O CaraguaPrev aplicou os seus recursos obedecendo os segmentos de alocação determinados na Política de investimentos, não há investimento diverso.

Portanto, a Política de Investimentos é um instrumento de balizamento e determinou os segmentos dos investimentos a serem alocados com os recursos do CaraguaPrev e os seus limites de alocação, limite mínimo, alocação objetivo e limite superior.

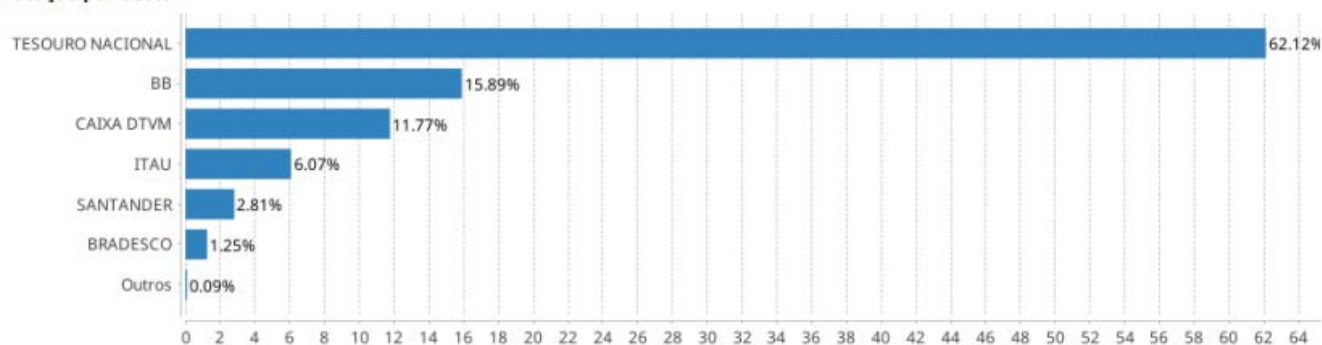


ENQUADRAMENTO DA CARTEIRA

				Política de Investimentos			Pró-Gestão Nível 4	
Artigo	Tipo de Ativo	Valor(R\$)	% Carteira	Mínimo	Objetivo	Máximo	ALM	Limite Legal
Renda Fixa								
Artigo 7º I	Fundos e ETFs Renda Fixa 100% Títulos Públicos	93.342.081,19	9,24	0,00	9,00	100,00	0,00	100,00
Artigo 7º III	Títulos do Tesouro Nacional	627.845.724,52	62,12	0,00	56,00	100,00	0,00	100,00
Artigo 7º V	Fundos ou ETFs de Renda Fixa	274.643.659,29	27,17	0,00	29,85	80,00	0,00	80,00
Artigo 7º IX	FIDC Cota Sênior	956.251,56	0,09	0,00	0,15	20,00	0,00	20,00
Total Renda Fixa		996.787.716,56	98,62					100,00
Renda Variável								
Artigo 8º I	Fundos de Ações	9.985.004,69	0,99	0,00	1,50	40,00	0,00	40,00
Total Renda Variável		9.985.004,69	0,99					50,00

13 RELAÇÃO DE GESTORES DOS RECURSOS

Alocação por Gestor





Gestor	Saldo Anterior	Aplicações	Resgates	Amortização	Saldo	Resultado Financeiro Mês (R\$)
BB	157.302.564,84	1.538.750,63	0,00	0,00	160.584.343,83	1.743.028,36
BRADESCO	13.226.497,81	0,00	0,00	0,00	12.621.615,00	-604.882,81
CAIXA DTVM	109.058.102,15	14.781.400,18	-6.344.379,26	0,00	118.914.803,84	1.419.680,77
ITAU	60.776.892,49	0,00	0,00	0,00	61.368.307,24	591.414,75
SANTANDER	28.109.586,86	0,00	0,00	0,00	28.414.311,98	304.725,12
TESOURO NACIONAL	627.500.168,23	0,00	0,00	6.530.001,31	627.845.724,52	6.875.557,60
VILA RICA	954.251,65	0,00	0,00	0,00	956.251,56	1.999,91

14 RELAÇÃO ANALÍTICA DOS ATIVOS DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO CARAGUAPREV.

Aplicações em Fundos de Investimentos e Títulos Públicos			
MAIO – 2026			
FUNDO	CNPJ	VALOR	% RECURSOS
BB RF DI TÍTULOS PÚBLICOS FI LP	11.046.645/0001-80	27.387.748,47	2,7098
BB RF DI TÍTULOS PÚBLICOS FI LP (APORTES 37299-4)	11.046.645/0001-81	22.338.619,85	2,2102
CAIXA BRASIL IRF-M TP	14.508.605/0001-00	5.087.421,42	0,5034
CAIXA FI TOPÁZIO CORPORATIVO RF REF DI LP	11.061.230/0001-87	18.603.076,56	1,8406
FIDC FECHADO MULTISSETORIAL ITALIA	13.990.000/0001-28	956.251,56	0,0946
CAIXA TOP PRIVATE FIF - (1000-0)	19.769.018/0001-80	5.449.755,55	0,5392
CAIXA TOP PRIVATE FIF - (9999-9)	19.769.018/0001-80	2.228.995,59	0,2205
CEF FI BRASIL REF DI LP 9999-0 (TX ADMINISTRATIVA)	03.737.206/0001-97	22.519.970,73	2,2281
CEF FI BRASIL REF DI LP 1000-0	03.737.206/0001-97	27.712.350,65	2,7419
CAIXA FI BRASIL MATRIZ RF	23.215.008/0001-70	33.380.596,62	3,3027
SANTANDER DI INSTITUCIONAL PREMIUM	02.224.354/0001-45	13.817.574,88	1,4442
BRADESCO INSTITUCIONAL DI PREMIUM	03.399.411/0001-90	3.391.013,13	0,3355
BB INSTITUCIONAL RF	02.296.928/0001-90	28.805.377,89	2,8500
ITAU INSTIT JANEIRO RF	52.156.446/0001-03	5.328.477,79	0,5272
ITAU INSTIT RF DI	00.832.435/0001-00	55.285.426,63	5,4700
BB PREV RF PERFIL	13.077.418/0001-49	57.966.937,40	5,7353
BB PREV RF PERFIL (APORTES 37299-4)	13.077.418/0001-49	24.085.660,22	2,3831
SANTANDER DI TITULOS PUBLICOS PREMIUM	09.577.447/0001-00	14.596.737,10	1,3671
ITAU ACOES MOMENTO 30 II FIC	42.318.981/0001-60	754.402,82	0,0746



BRADESCO FIA SELECTION	03.660.879/0001-96	3.244.006,30	0,3210
BRADESCO FIA SMALL CAP PLUS	06.988.623/0001-09	5.986.595,57	0,5923
CAIXA FI INDEXA BOLSA AMERICANA	30.036.235/0001-02	3.932.636,72	0,3891
Total em Bancos R\$		382.859.633,45	37,8804

TITULOS PUBLICOS FEDERAIS		VALOR INVESTIDO	% RECURSOS
NTN-B - 15/08/2026 (6,353%) - 3.661	2026	17.539.497,83	1,7354
NTN-B - 15/08/2026 (6,400%) - 4.666	2026	22.352.155,25	2,2115
NTN-B - 15/08/2026 (6,700%) - 4.657	2026	22.295.248,05	2,2059
NTN-B - 15/08/2026 (9,730%) - 6.784	2026	32.280.816,74	3,1939
NTN-B - 15/05/2027 (6,22%) - 2.293	2027	10.823.161,93	1,0709
NTN-B - 15/05/2027 (6,09%) - 1.228	2027	5.802.934,31	2,1696
NTN-B - 15/05/2027 (7,30%) - 4.690	2027	21.927.984,50	0,5741
NTN-B - 15/05/2027 (8,37%) - 3.424	2027	15.860.134,44	1,5692
NTN-B - 15/05/2027 (8,630%) - 4.611	2027	21.310.967,84	2,1085
NTN-B - 15/08/2028 (8,17%) - 3.540	2028	16.290.682,73	1,6118
NTN-B - 15/08/2028 (6,353%) - 3.678	2028	17.528.589,86	1,7343
NTN-B - 15/08/2028 (6,22%) - 4.623	2028	22.088.801,61	2,1855
NTN-B - 15/08/2028 (7,03%) - 2.342	2028	11.017.001,63	1,0900
NTN-B - 15/08/2028 (8,29%) - 4.521	2028	20.758.459,77	2,0539
NTN-B - 15/05/2030 (7,93%) - 2.304	2030	10.355.441,27	1,0246
NTN-B - 15/05/2030 (5,708%) - 2.555	2030	12.400.580,13	1,2269
NTN-B - 15/08/2032 (6,07%) - 9.326 APORTES EQUAC DEFICIT	2032	44.655.027,23	4,4182
NTN-B - 15/05/2033 (7,73%) - 4.791	2033	20.681.995,44	2,0463
NTN-B - 15/05/2035 (5,56%) - 3.900	2035	19.034.775,26	1,8833
NTN-B - 15/05/2035 (5,821%) - 4.657	2035	22.337.352,81	2,2101
NTN-B - 15/08/2040 (7,23%) - 2.391	2040	10.313.915,04	1,0205
NTN-B - 15/08/2040 (5,65%) - 213	2040	1.057.964,25	0,1047
NTN-B - 15/08/2040 (5,77%) - 2.538	2040	12.468.582,25	1,2337
NTN-B - 15/08/2040 (6,19%) - 3.511	2040	16.610.530,12	1,6435
NTN-B - 15/05/2045 (5,781%) - 2.496	2045	12.135.121,39	1,2007
NTN-B - 15/05/2045 (5,76%) - 2.494	2045	12.153.510,08	1,2025
NTN-B - 15/05/2045 (5,71%) - 7.457	2045	36.539.907,82	3,6153
NTN-B - 15/08/2050 (5,916%) - 920	2050	4.477.923,21	0,4430
NTN-B - 15/08/2050 (5,780%) - 2.451	2050	12.130.759,81	1,2002
NTN-B - 15/08/2050 (5,922%) - 2.466	2050	11.993.976,89	1,1867
NTN-B - 15/08/2050 (5,713%) - 2.514	2050	12.546.064,51	1,2413
NTN-B - 15/08/2050 (5,815%) - 2.530	2050	12.467.857,23	1,2336
NTN-B - 15/08/2050 (5,9715%) - 4.754	2050	22.982.904,57	2,2739
NTN-B - 15/08/2050 (6,300%) - 8.340	2050	38.771.157,36	3,8360



NTN-B - 15/05/2055 (5,852%) - 2.420	2055	11.727.204,72	1,1603
NTN-B - 15/05/2055 (5,815%) - 2.490	2055	12.126.736,64	1,1998
Total Títulos Públicos		627.845.724,52	62,1196
Total Geral		1.010.705.357,97	100,0000

15 PRÓ GESTÃO – NÍVEL IV

O Instituto de Previdência do município de Caraguatatuba (CaraguaPrev) conquistou a certificação **Pró-Gestão RPPS (Regime Próprio de Previdência Social) Nível IV** do Ministério da Previdência.

CERTIFICADO

O Instituto de Certificação Qualidade Brasil certifica que a empresa:

CARAGUAPREV - Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba - São Paulo

Endereço: Avenida Prestes Maia, Nº302 - Centro - Caraguatatuba - SP - CEP 11660-400

Representante Legal da Unidade: Pedro Ivo de Sousa Tau

Vinculado ao ente federativo do Município de Caraguatatuba

Representante do Ente Federativo: José Pereira de Aguiar Júnior

Implantou os requisitos do

PRÓ-GESTÃO RPPS

"Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios", instituído pela Portaria MPS nº 577/2017, obtendo a certificação institucional no

Nível IV

por meio de auditoria realizada pelo Instituto de Certificação Qualidade Brasil - ICQ Brasil, tendo atendido ao estabelecido no Manual do Pró-Gestão RPPS 3.5, aprovado pela Portaria SRPC/MPS nº 79, de 15/01/2024, publicada no DOU do dia 17/01/2024, Seção 1, com vigência a partir do dia 17 de janeiro de 2024.

Validade do Certificado: 24/10/2027
Certificado Nº: CPG 147/2024




Goiânia, 01 de Novembro de 2024
Av. Araguaia, nº 1544, Ed. Albano Franco,
St. Leste Vila Nova - Goiânia - GO - CEP 74645-070



A certificação busca garantir aos RPPSs: excelência na gestão; melhoria na organização das atividades e processos; aumento da motivação por parte dos colaboradores; incremento da



produtividade; redução de custos e do retrabalho; transparência e facilidade de acesso à informação; perpetuação das boas práticas, pela padronização; e reconhecimento no mercado onde atua.

Na dimensão Controles Internos são observados o mapeamento das atividades das áreas de atuação do RPPS; manualização das atividades das áreas de atuação do RPPS; capacitação e certificação dos gestores e servidores das áreas de risco; estrutura de controle interno; política de segurança da informação; e gestão e controle da base de dados cadastrais dos servidores públicos, aposentados e pensionistas. A dimensão Governança Corporativa envolve tópicos relacionados ao relatório de governança corporativa; planejamento; relatório de gestão atuarial; código de ética da instituição; políticas previdenciárias de saúde e segurança do servidor; política de investimentos; Comitê de Investimentos; transparência; definição de limites de alçadas; segregação das atividades; ouvidoria; qualificação do órgão de direção; Conselho Fiscal; Conselho Deliberativo; mandato, representação e recondução; e gestão de pessoas. A Educação Previdenciária é baseada em um plano de ação de capacitação e nas ações de diálogo com os segurados e a sociedade.

16 CONCLUSÃO

Quanto ao desempenho das aplicações financeiras do Caraguaprev do mês, os membros do Comitê de Investimentos, observaram as regras de segurança, solvência, liquidez, rentabilidade, proteção, prudência financeira e analisaram e atestaram a conformidade do relatório de investimentos do mês quanto à rentabilidade e riscos das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos do RPPS e da aderência das alocações e processos decisórios de investimento à Política de Investimentos, a evolução da execução do orçamento do RPPS, os dados atualizados dos fluxos de caixa e dos investimentos, com visão de curto e longo prazo, e entendem que as peças pertinentes representam adequadamente a posição das aplicações financeiras e de tesouraria do Instituto, bem assim, a posição patrimonial e econômico-financeira, recebendo a aprovação deste Comitê.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO CARAGUAPREV

Caraguatatuba/SP, 25 de junho de 2026.

Anderson Franco B. do Nascimento
Diretor Financeiro
Presidente do Comitê de Investimentos



Pedro Ivo de Sousa Tau
Presidente do Caraguaprev
Certificado ANBIMA CPA-10



Adriana Zambotto Fernandes
Membro do Comitê
Certificado ANBIMA CPA-10



Rosemeire Maria de Jesus
Membro do Comitê
Certificado ANBIMA CPA-10



Ivone Cardoso Vicente Alfredo
Membro do Comitê





PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba – CaraguaPrev, em reunião realizada nesta data, cumprindo o que determina o artigo 73 da Lei complementar nº 59, de 05 de novembro de 2015, tendo examinado as Demonstrações Financeiras e Contábeis referentes ao **mês de MAIO de 2026**, analisaram e atestaram a conformidade do relatório de investimentos do mês quanto à rentabilidade e riscos das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos do RPPS e da aderência das alocações e processos decisórios de investimento à Política de Investimentos, a evolução da execução do orçamento do RPPS, os dados atualizados dos fluxos de caixa e dos investimentos, com visão de curto e longo prazo, conforme relatório da análise dos investimentos disponibilizado a todos os conselheiros e segurados do CaraguaPrev no site do Instituto e entendem que as peças pertinentes representam adequadamente a posição das aplicações financeiras e de tesouraria do Instituto, bem assim, a posição patrimonial e econômico-financeira da Autarquia, recebendo a aprovação deste Conselho.

Caraguatatuba/SP, 25 de junho de 2026.

Cristiano Paulo Silva
Presidente do Conselho Fiscal



Adriana Zambotto Fernandes
Membro do Conselho Fiscal
Certificado ANBIMA CPA-10



Marcia Regina Paiva Silva
Membro do Conselho Fiscal



Marcus da Costa Nunes Gomes
Membro do Conselho Fiscal





PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

Os membros do Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba – CaraguaPrev, em reunião realizada nesta data, cumprindo o que determina o artigo 71, inciso VI, da Lei Complementar nº 59, de 05 de novembro de 2015, tendo examinado as Demonstrações Financeiras e Contábeis referentes ao **mês de MAIO de 2026**, analisaram e atestaram a conformidade do relatório de investimentos do mês quanto à rentabilidade e riscos das diversas modalidades de operações realizadas na aplicação dos recursos do RPPS e da aderência das alocações e processos decisórios de investimento à Política de Investimentos, a evolução da execução do orçamento do RPPS, os dados atualizados dos fluxos de caixa e dos investimentos, com visão de curto e longo prazo, conforme relatório da análise dos investimentos disponibilizado a todos os conselheiros e segurados do CaraguaPrev no site do Instituto e entendem que as peças pertinentes representam adequadamente a posição das aplicações financeiras e de tesouraria do Instituto, bem assim, a posição patrimonial e econômico-financeira da Autarquia, recebendo a aprovação deste Conselho.

Caraguatatuba/SP, 25 de junho de 2026.

Alex Catapani
Presidente do Conselho Deliberativo



Gabriela Cristina da Silva Coelho
Membro do Conselho Deliberativo



Margarete Soares de Oliveira
Membro do Conselho Deliberativo



Rosemeire Maria de Jesus
Membro do Conselho Deliberativo
Certificado ANBIMA CPA-10



Valéria Rodrigues Regina de Lima
Membro do Conselho Deliberativo



Ivone Cardoso Vicente Alfredo
Membro do Conselho Deliberativo



Marcia Denise Gusmão Coelho
Membro do Conselho Deliberativo

